

AS DIREITAS NA DEMOCRACIA PORTUGUESA

ORIGENS, PERCURSOS, MUDANÇAS
E NOVOS DESAFIOS

COORDENAÇÃO DE RICCARDO MARCHI



Texto

ÍNDICE

Capítulo I	A Direita Portuguesa Contemporânea: Itinerários Socioculturais António Araújo	9
Capítulo II	A Opinião Pública de Direita, Antes e Depois da Crise de 2008: Portugal em Perspetiva Comparada André Freire e Sofia Serra Silva	57
Capítulo III	A Evolução das Ideologias Políticas do PSD e do CDS-PP: Uma Análise dos Documentos Programáticos Ana Rita Ferreira	93
Capítulo IV	Direita e Esquerda: Entre Crítica e Hegemonia Alexandre Franco de Sá	131
Capítulo V	A Direita e a Genética José Pedro Zúquete	153
Capítulo VI	Direitas e Discurso Político: O CDS Entre o Passado e o Presente Patrícia Silva e Carlos Jalali	179

Capítulo VII	À Direita da Direita: O Desafio da Extrema-direita à Democracia Portuguesa Riccardo Marchi	219
Capítulo VIII	Partido Popular: Um Partido de Direita Manuel Monteiro	251
Capítulo IX	As Direitas e o Estado Face ao Mercado André Azevedo Alves	311
Capítulo X	As Direitas, o Estado e as Igrejas: Laicidade vs Confessionalidade Luís Salgado de Matos	327
Capítulo XI	As Direitas na Perspectiva da Crise Joaquim Aguiar	379
	Notas Biográficas	419

CAPÍTULO I

A DIREITA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA: ITINERÁRIOS SOCIOCULTURAIS¹

ANTÓNIO ARAÚJO

Em 1983 foi criado o jornal *Semanário* por Marcelo Rebelo de Sousa, Daniel Proença de Carvalho, José Miguel Júdice, João Lencastre, Vítor Cunha Rego, João Amaral, entre outros². Nos *outdoors* da campanha publicitária de lançamento surgiam, o que é significativo, os rostos dos fundadores desse jornal. Mais tarde, em 1988, *O Independente* usaria Winston Churchill nos seus *outdoors* promocionais, um outro sinal de que Portugal mudara – e muito – desde os tempos do PREC³. O *Semanário* teria como repórter, que entrevistava em Paris figuras da «grande direita» europeia, sobretudo francesa (e não anglo-saxónica, note-se), um jovem chamado Paulo Sacadura Cabral Portas. Não era uma estreia: com uma notável precocidade, Paulo Portas já tinha trabalhado no jornal *A Tarde*, dirigido por Vítor Cunha

¹ Texto apresentado no ICS-UL em Fevereiro de 2012, pelo que a generalidade das referências contidas no texto reportam-se àquela data.

² É curioso observar que, na trajectória de algumas destas personalidades, a génese do *Semanário* esteve ligada – ou, pelo menos, coincidiu temporalmente – com o lançamento de novos projectos políticos, como a «Nova Esperança» de Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Santana Lopes e José Miguel Júdice: cf. Vítor Matos, *Marcelo Rebelo de Sousa*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, pp. 407ss.

³ É curioso observar que, no mesmo ano em que é lançado *O Independente*, inicia a sua publicação a revista *Máxima*, dirigida por Madalena Fragoso, a qual provinha justamente da direcção da secção feminina do *Semanário*. A trajectória biográfica de Madalena Fragoso (1940-2013) é muito elucidativa: nascida no seio de uma família tradicional, filha do director do *Diário de Notícias* no tempo do marcelismo, deslocou-se para Londres a seguir ao 25 de Abril. Regressa a Portugal com a chegada ao poder da Aliança Democrática, tendo sido assessora de imagem de Sá Carneiro e, mais tarde, como se disse, fundadora e directora da revista feminina *Máxima*.: cf. o seu obituário, da autoria de Pedro d'Anunciação, in *Sol*, de 1-III-2013.

Rego, ao lado de personalidades como Vasco Pulido Valente, António Barreto, Manuel de Lucena ou Francisco Saarsfield Cabral. Regressemos ao *Semanário*. Além da política, num tempo em que o jornalismo económico era muito incipiente – até por efeito colateral da incipiência da actividade privada nos sectores-chave da economia – o *Semanário*, a dada altura, a altura das privatizações e das Ofertas Públicas de Venda (OPV)⁴, teria um papel importante na informação económica ou na orientação dos compradores de acções.

Mas, por muito descabido que pareça, o aspecto que aqui quero focar foi o surgimento, creio que logo no primeiro número do *Semanário*, de uma rubrica intitulada «Meia Desfeita», uma coluna social com fotografias, originalmente a preto e branco, de festas ou eventos mundanos em discotecas que renasciam das cinzas, como o Van Gogo, de Cascais, ou o Stone's, de Lisboa, ou outras que viam a luz do dia – ou da noite... – nessa época, como o Banana Power, criado em 1981 por um conjunto de sócios liderados por Manecas Mocelele, boémio e empresário da vida nocturna que em 1975 partira para Angola e, depois, para o Brasil. Sendo uma discoteca com restaurante e clube privado de acesso restrito, o *Bananas*, como era vulgarmente conhecido, com senhas de entrada a 300\$00 para o comum dos mortais e cartão *gold* para os sócios, correspondia a um padrão cultural – e mental – que teria sido impensável no período revolucionário⁵. A sua festa de inauguração foi, por assim dizer, o «Baile Patiño da democracia» ou o «25 de Novembro social» de certas elites e até de uma certa *Weltanschauung*, mais mundana e frívola. Assumir pública e abertamente, sem traumas nem complexos, a mundanidade e a frivolidade representava uma viragem muito

⁴ Para um relato breve sobre o processo de privatizações, cf. Abílio Ferreira, «Privatizações. Regresso ao passado», *Expresso/Revista*, de 2-II-2013. Sobre as privatizações e a cultura política das elites, cf. José Manuel Leite Viegas, *Nacionalizações e privatizações. Elites e cultura política na história recente de Portugal*, Oeiras, Celta, 1996, em esp. pp. 169ss.

⁵ Cf. a reportagem de Rita Roby Gonçalves, «Banana Power fenómeno dos anos 80», *Diário de Notícias*, de 7-II-2009.

sintomática relativamente aos tempos mais inflamados da revolução.

A par disso, a «Meia Desfeita» publicitava acontecimentos como corridas de touros ou *raids* hípicas, dando visibilidade a redes de sociabilidades desde sempre conotadas com a direita tradicionalista, marialva e ultramontana, ou aos exclusivos bailes de debutantes no Clube Portuense, estudados por Clara Maria Ferraz no âmbito de um trabalho académico sobre as estratégias endogâmicas das classes superiores⁶. Para o público feminino, e não só, a rubrica «Meia Desfeita» era um dos principais atractivos do novo periódico, a ponto de, seguindo uma ideia de Marcelo Rebelo de Sousa, Vítor Cunha Rego e José Miguel Júdice, se ter transformado mais tarde numa revista autónoma, a *cores*, vendida com o próprio jornal, a *Olá!*, numa tentativa óbvia, porventura demasiado óbvia, de mimetização da sua congénere espanhola, a *¡Hola!*. A dada altura, de algum declínio, muitas pessoas compravam o jornal por causa da revista *Olá!* e não o contrário. Na sua fase de agonia, que terminaria com o encerramento em 2009, o *Semanário* viria a ser comprado por uma personalidade hoje relativamente esquecida, Rui Teixeira Santos, um *yuppie* meteórico que também adquirira os armazéns Braz & Braz.

Poder-se-ia falar do papel que o *Semanário*, sobretudo a sua coluna «Mão Invisível», também teve – e lembremos que tudo isto coincide com o emergir do reaganismo e do thatcherismo – na difusão do pensamento económico liberal ou neo-liberal de uma geração que, de Jorge Braga de Macedo a Diogo Lucena, passando por António Borges ou pelos irmãos Pinto Barbosa, possuía ligações académicas aos Estados Unidos ou ao INSEAD de Fontainebleau e que começou um processo de internacionalização universitária «em rede» que era relativamente inédito na academia portuguesa.

⁶ Cf. Clara Maria Ferraz, «As Estratégias Endogâmicas das Classes Superiores» (comunicação ao III Congresso Português de Sociologia, 1996) [disponível na Internet e consultado em 8-II-2013].

Quero concentrar-me no aspecto mundano do jornal e não o faço por um desejo de originalidade ou para fazer uma deambulação nostálgica por curiosidades esquecidas dos anos oitenta⁷. Mas creio que, de facto, se não cairmos em exageros, a revista *Olá!*, pelo que significou historicamente, tem relevo cultural, sociológico e até ideológico.

Sempre existiram revistas sociais em Portugal e, desde 1976, Jacques Rodrigues publicava com grande êxito a *Nova Gente*.

⁷ Ao contrário do que sucede noutros países, não existe, segundo creio, uma obra dedicada *ex professo* à história política, económica, social e cultural dos anos oitenta. Além de «anúários» meramente descritivos, foi publicada, para consumo de massas, a curiosa *Bíblia dos Anos 80*, da autoria de João Pedro Bandeira (s.l., Prime Books, 2010). Existiu ainda uma resensão com propósitos humorísticos, que incidia em particular nos objectos de consumo infanto-juvenis dessa época, feita por Nuno Markl na Rádio Comercial e posteriormente publicada em dois livros (*Caderneta de Cromos*, Carnaxide, Editora Objectiva, 2010; *Caderneta de Cromos Contra-Ataca*, Carnaxide, Editora Objectiva, 2012). Ainda que reportada ao final da década de setenta, é interessante a colecção de fotografias publicada por José Paulo Ferro, *Roll Over. Adeus Anos 70*, Lisboa, Documenta, 2012. Num registo distinto, assinale-se, pela sua expressividade, os *Diários* do poeta Al Berto, publicados pela Assírio & Alvim em 2012, com referências a várias pessoas (Manuel Reis, Eduardo Prado Coelho, Pedro Cabrita Reis, Pedro Costa, Pedro Hestnes, Paulo Nozolino, Alexandre Melo, Hermínio Monteiro, Bernardo Sasseti, Daniel Blaufuks, Sofia Areal, Zé da Guiné, Rui Chafes, Inês Pedrosa, António Mega Ferreira, Mário Cesariny, António Guerreiro, Luís Miguel Nava, Pedro Paixão, Rui Chafes, Tereza Coelho, Margarida Martins, Clara Ferreira Alves, Ana Salazar, Fernanda Fragateiro) e lugares (os restaurantes Pap'Açorda, Fidalgo e Sansão e Dalila, os bares Frágil e Majong, a pastelaria Cister, o Gay House, a Brasileira do Chiado, o Centro Cultural de Belém, a discoteca Kremlin). A evocação desses nomes e lugares é feita, de uma forma mais desenvolvida ainda, por Eduardo Pitta, *Um Rapaz a Arder. Memórias, 1975-2001*, Lisboa, Quetzal, 2013, com referências à vida nocturna no Bairro Alto, particularmente no Frágil, e ao «alto teor de elitismo» deste bar (pp. 109ss), bem como à revista *Olá!*, a qual «cumpriu a função pedagógica de mostrar a um país faminto (...) que o 25 de Abril não tocou num cabelo das sessenta famílias que Cunhal toda a vida vituperou» (pp. 129-130). O ponto que se pretende sublinhar no texto é referido por Joaquim Vieira, nos seguintes termos: «O triunfo de uma tecnocracia urbana pós-industrial, em grande parte formada por mulheres, fornece o caldo cultura ideal para o retorno ao aprumo de gravata e fato e para a prática de uma requintada elegância feminina, em contraste com o estilo desprotraído e na aparência desleixado que vingou nos rebeldes anos 70. O contexto expansionista internacional, com a emergência dos *yuppies* – jovens especuladores bolsistas associados às grandes praças financeiras –, estimula o novo chique»: cf. Joaquim Vieira, *Portugal, Século XX. Crónica em Imagens, 1980-1990*, s.l., Círculo de Leitores, 2000, p. 24, com referência à *Olá!/Semanário* a pp. 107ss.

Simplesmente, a *Nova Gente* falava de actores da moda, muitos vindos do teatro de revista, de cantores populares e futebolistas, mas não tinha, creio que até deliberadamente, qualquer *glamour*. Na linha do que sempre seria a marca do Grupo Impala, era uma revista vocacionada para a classe média e para a classe média-baixa, de grande tiragem, tendo chegado aos 150 000 exemplares em finais dos anos oitenta.

No entanto, o facto de um jornal como o *Semanário*, que veiculava um projecto claramente de direita ou de centro-direita, protagonizado pelos principais ou mais influentes intelectuais da *direita possível* da altura, que davam a cara em *outdoors*, possuir uma rubrica em que apareciam eventos sociais das classes altas era uma novidade cujo efeito não quero sobrevalorizar, mas que merece ser realçado. É que o *habitus*, para usar um conhecido conceito que Bourdieu desenvolveu em várias obras, como *La Distinction* (1979), havia sido bruscamente interrompido quando as elites do salazarismo e do marcelismo debandaram para o Brasil ou para Espanha. Numa altura em que a estrutura de classes se reconfigurava e necessitava de alguma pavimentação simbólica, havia que renovar a exposição dos mecanismos de desigualdade social, expondo o «sistema de disposições reguladas» que fundam o *habitus*. Ora, a «Meia Desfeita» e a *Olá!* serviram esse propósito na perfeição e o seu sucesso mostrou que, para além da exposição pública da desigualdade, por parte dos emissores da mensagem, existia, por parte dos receptores ou destinatários da mesma, um «público» que aceitava a existência dessa estrutura de classes, que convivia bem com ela e que pretendia observar e acompanhar os movimentos dos seus protagonistas. A criação de uma «esfera social», de que o *Semanário* fazia eco, era indício da recomposição da estrutura de classes no início da década de oitenta, feita naturalmente à base de uma mescla, nem sempre fácil, entre velhas e novas elites, que convergiam em eventos e negócios mas raramente se cruzavam em termos, por assim dizer, «endogâmicos» ou familiares.

Não quero, obviamente, exagerar a importância de uma coluna social de um semanário, até porque outros exemplos se

poderiam fornecer, como a campanha presidencial de Diogo Freitas do Amaral, em 1986, que teve alguns traços distintivos de cariz classista. Popularizou a moda dos sobretudos verdes de *loden*, de inspiração austríaca (o candidato usava um), e foi uma campanha «à americana», de grande espectacularidade, com chapéus de palhinha feitos em... plástico. Mas, mesmo no plano das publicações, poderíamos igualmente falar, até porque também tinha uma coluna social para consumo das elites, com amplas reportagens das recepções nas embaixadas, da revista *Casa e Jardim*, fundada em 1977 por Eduardo Fortunato de Almeida⁸, e que possuía o mesmo nome de uma revista brasileira, a qual, por sua vez, mimetizava uma famosa publicação norte-americana, a *House and Garden*, remontando esta a 1901. Simplesmente, a *Casa e Jardim* era uma publicação de decoração de interiores, não-ideológica, e que se esgotava no seu próprio objecto, enquanto a coluna «Meia Desfeita» e a revista *Olá!* estavam associadas a um projecto jornalístico/político que procurava ser uma alternativa ao *Expresso* e, mais ainda, uma alternativa que era assumidamente situada «à direita» do *Expresso*⁹. De algum modo, era um sinal, um sinal muitíssimo expressivo, de que, na ressaça do 25 de Abril, os ricos «saíam do armário», faziam aos poucos o seu *outing* e deixaram de ter vergonha em ser ricos – uma tendência que se irá aprofundar de forma algo feérica e exuberante no período do chamado «cavaquismo».

⁸ Cf. Fernando Correia de Oliveira, «Revista *Casa e Jardim* comemora 25 anos», *Público*, de 22-IV-2002.

⁹ «O *Expresso* foi, em certo sentido, a principal marca de contraste que explica o nascimento de uma alternativa», escreve Paulo Portas, a propósito de *O Independente*. O raciocínio aplica-se, todavia, também ao *Semanário*, já que a génese de *O Independente* é indissociável de uma certa «cristalização» do *Semanário* justamente nos aspectos «sociais» ou mundanos, como refere Paulo Portas: «Quando, na Buchholz, o Miguel e eu tivemos a conversa distraída que está na origem de “O Independente”, cruzaram-se dois desprendimentos. O meu era uma incomodidade melancólica com o caminho que o “Semanário” estava a trilhar, capturado pelo êxito da “Olá”. Eu achava que a direita “inteligente” tinha feito um esforço para se organizar editorialmente mas corria o risco de se ver esse esforço consumido por uma euforia “social”, com queda para uma ostentação pouco cristã e, de resto, nada conservadora» (in *Expresso*, de 5-I-2013).

Ao mesmo tempo, começou na altura a emergir um fenómeno que, à falta de melhor, poder-se-ia chamar *neoconservadorismo do gosto* ou *neoconservadorismo do imaginário*, um fenómeno estético, imagético e social, mas que remetia para um universo de representações que possuíam um indiscutível sentido ideológico.

Na lógica de recomposição das elites no pós-25 de Abril ou, mais precisamente, nos albores dos anos oitenta, havia que reafirmar (diríamos, em termos weberianos) o valor do *status*, por oposição à noção de classe. Para usar um conceito de Thorstein Veblen, a *emulação*, a luta, fazia-se não em torno do material mas do imaterial. Isto devido a uma série de razões, entre as quais se pode apontar o facto de as velhas elites, depauperadas pela revolução, não poderem competir no terreno do *consumismo conspícuo*, outro conceito de Veblen, e de o consumo de luxo não estar ainda difundido entre nós com a dimensão que hoje possui, uma dimensão de luxo que, paradoxalmente, é massificada, algo que certamente teria confundido Werner Sombart quando estudou a importância do luxo nos albores do capitalismo¹⁰. A recomposição da estrutura de classes, que se irá aprofundar com o crescimento económico verificado no tempo dos governos de Cavaco Silva, implicava uma revalorização do capital social imaterial por parte daqueles que não dispunham de capital material, ou não dispunham dele na mesma medida do que os «emergentes», para usar uma expressão do Brasil, ou, se preferirmos a terminologia de Vance Packard, daqueles que, naquela ambiência, se configuravam como os *status seekers*. Foi neste contexto que se desenvolveu o «neoconservadorismo do gosto», que é, como se referiu, estético e simbólico mas que possui conotações ideológicas em termos de representações e valores que são sustentados de uma forma aberta, assumida e até, por assim dizer, «militante». Em termos muito simplificados: à arquitectura provocatória de Tomás Taveira, um absoluto *self-made man* que exibia o seu Rolls Royce pelas avenidas de Lisboa e pontificava no Bananas,

¹⁰ Cf. Werner Sombart, *Amor, luxo e capitalismo* [1913], trad. port., Venda Nova, Bertrand, 1990.

sendo o expoente mais triunfalista e barroco das novas vias de ascensão social, haveria que opor os solares e casas de família que, graças a fundos vocacionados para o denominado «turismo de habitação»¹¹, começaram a ser recuperados num processo muito interessante de *invenção da tradição*, para usarmos o conhecido conceito de Eric Hobsbawm¹². Mas mesmo uma personalidade amante da controvérsia como Tomás Taveira via-se na contingência de explicar, em entrevistas, que a sua arquitectura correspondia, de uma forma pós-moderna muito peculiar, a uma «reinvenção da tradição», convocando arquétipos ancestrais da portugalidade: o edifício-sede do Banco Nacional Ultramarino (1989) a representar a guitarra portuguesa ou as Torres das Amoreiras (1985) a assumirem a forma de capacetes de guerreiros medievais, evocando castelos de reis e princesas. Trata-se de um discurso que é justificativo e, claro, também ele provocatório, mas que arquitectos como Siza Vieira ou Souto de Moura nunca seriam obrigados a usar¹³.

É em todos este movimento que se inscreve também, por exemplo, um renascer da valorização social da aristocracia, com o *Anuário da Nobreza* a retomar a sua publicação em 1985. A par disso, assiste-se ao aprofundamento de uma noção de *exclusivismo do imaterial*, construída em torno de *topoi* como a posse de propriedades de família, o gosto herdado mais do que aprendido, a «educação de berço», a pertença a uma linhagem não transaccionável. A própria onomástica dos nomes próprios começou a sofrer este influxo

¹¹ O enquadramento jurídico do turismo de habitação, do turismo rural e do agro-turismo surgiu, não por acao, nessa altura, através do Decreto-Lei nº 256/86, de 27 de Agosto.

¹² Cf. Eric Hobsbawm, «Introduction: Inventing Traditions», in AA. VV., *The Invention of Tradition*, dir. de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 1ss.

¹³ Cf. o elucidativo texto de Alexandra Prado Coelho, «Passaram trinta anos. Já digerimos Tomás Taveira e as Amoreiras?», *Público*, de 25-IV-2012. Sobre a arquitectura de Tomás Taveira, cf. José Bártolo e Maria João Baltazar, *Tomás Taveira*, Vila do Conde, Quidnovi, 2011.

neoconservador, com o retomar de nomes tradicionais portugueses, simples e felizes, ou o recurso a nomes com uma ressonância deliberadamente «antiga», como Salvador, Lopo, Martim, Constança, Caetana, Tomás, Lourenço, Sebastião, Piedade¹⁴. E tudo isto foi passando para a esfera pública, com uma reconstrução das redes de sociabilidades em torno de clubes, de irmandades, de confrarias religiosas, de associações que se formam mais ou menos na altura, como a Associação Portuguesa de Casas Antigas (1978) ou a Turihab (1983), para fins comerciais de exploração do turismo de habitação, a par da marca «social» que é conferida a iniciativas como as procissões em Lisboa ou festividades em Ponte de Lima (as Feiras Novas), em São Martinho do Porto (o Baile da Chita), na Golegã (a Feira da Golegã) ou em Évora.

O ponto que me interessa explorar é que o emergir desta tendência foi mais do que uma «moda» fugaz, como o demonstra o seu enraizamento até aos dias de hoje, bastando ver os fenómenos contemporâneos do *upcycling*, da propagação do artesanato urbano ou a releitura da simbologia lusitana feita por Joana Vasconcelos. De resto, a «nostalgia como indústria»¹⁵, que percorre vários segmentos e campos, corresponde a um fenómeno muito visível na cultura popular de massas, particularmente na cultura musical, em constante *retromania*, para usar uma expressão de Simon

¹⁴ Entre 2000 e 2012, segundo os elementos do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto de Registos e Notariado, os nomes próprios masculinos mais frequentemente utilizados foram, por esta ordem: Rodrigo, Martim, João, Afonso, Tiago, Gonçalo, Tomás, Diogo, Francisco e Miguel. Entre 1970 e 1980, haviam sido: João, Pedro, Bruno, Ricardo, José, Luís, Nuno, Carlos, Tiago e Rui. Nos nomes femininos, entre 2000 e 2012: Maria, Matilde, Leonor, Beatriz, Mariana, Inês, Ana, Lara, Carolina e Margarida; entre 1970 e 1980: Ana, Maria, Joana, Carla, Andreia, Sandra, Susana, Tânia, Patrícia e Cátia: cf. Kátia Catulo e Carlos Monteiro, «Nomes portugueses. Manuel é passado e Maria será sempre Maria», *i*, de 1-XII-2012. Em 2012, os nomes mais populares foram: para raparigas, Maria, Matilde, Leonor, Mariana e Beatriz; para rapazes, Rodrigo, Martim, João, Afonso e Gonçalo (cf. Joana Capucho, «A luta de classes existe na hora de escolher o nome dos filhos», *Diário de Notícias*, de 5-VIII-2013).

¹⁵ A expressão é de Vítor Belanciano, «Viciados no passado», *Público/Ípsilon*, de 13-IV-2012, num «dossiê» em que vários jornalistas debatem o revivalismo no consumo (Inês Nadais sobre Catarina Portas e A Vida Portuguesa), no cinema (Tarantino, por Jorge Mourinha), na televisão (a série «Mad Men» analisada por Jorge Mourinha), na música (as raízes *soul* de Amy Winehouse, por João Bonifácio) ou na fotografia (Sérgio Gomes sobre o Instagram).

Reynolds¹⁶. Talvez seja necessário, como é evidente, distinguir vários tipos de revivalismo e compreender que cada qual possui um sentido específico, não podendo sobrepor-se a tentativa de recuperação ou reinvenção da tradição aristocrática e conservadora com a *retromania* da música *pop*. De igual modo, é necessário entender que existem diversos ciclos e ritmos na revisitação do passado, não devendo confundir-se, por exemplo, a actual vaga de redescoberta – académica e popular – do período do Estado Novo com o ideário de uma direita nacionalista ultraminoritária¹⁷.

No Portugal dos anos oitenta, o revivalismo tinha um significado político intenso, já que surgia na sequência de uma ruptura, de uma ruptura revolucionária. Em face dela, qualquer redescoberta do passado era, por natureza, «contra-revolucionária» e, nessa medida, possuía um sentido ideológico preciso e profundo. Tal revivalismo confluiu com outros fenómenos, os quais não eram necessariamente convergentes mas que, trilhando caminhos paralelos, partilhavam algumas afinidades electivas. Darei dois ou três exemplos. Desde logo, o surgimento, na cena musical, de bandas como os Heróis do Mar (1981), tendo por vocalista Rui Pregal da Cunha, onde se encontram personalidades como Pedro Ayres Magalhães ou Carlos Maria Trindade

¹⁶ Cf. Simon Reynolds, *Retromania. Pop culture's addiction to its own past*, Londres, Faber and Faber, 2011. Cf. também, mais recentemente, Marc Spitz, *Twee. The gentle revolution in music, books, television, fashion and film*, Nova Iorque, HarperCollins, 2014, e sobretudo Gary Cross, *Consumed Nostalgia. Memory in the age of fast capitalism*, Nova Iorque, Columbia University Press, 2015.

¹⁷ Ainda que, por vezes, existam zonas de sobreposição, algo que é patente no texto de Duarte Branquinho, «Salazar está na moda», *O Diabo*, de 20-III-2012, onde se recorda a escolha de Salazar como «o maior português da História», num concurso televisivo transmitido pela RTP em 2007, sendo de salientar que o antigo Presidente do Conselho teve, como «defensor», Jaime Nogueira Pinto, o qual daria à estampa o livro *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, tendo anteriormente organizado a obra *Salazar visto pelos seus próximos (1946-68)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1993. Recentemente, o Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, João Lourenço, manifestou a intenção de registar a marca de vinhos «Memórias de Salazar», tendo a mesma sido rejeitada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial: cf. Graça Barbosa Ribeiro, «Santa Comba Dão queria lançar vinho “Memórias de Salazar” mas marca foi chumbada», *Público/Fugas*, de 28-XI-2012.

que mais tarde, em 1987, fundam o projecto dos Madredeus, ou os Sétima Legião (1982), onde pontificava Rodrigo Leão – que, mais tarde, estará também nos Madredeus¹⁸ – e cujas músicas tinham letra de Francisco Ribeiro de Menezes, que também fazia as vozes do coro e é actualmente diplomata, tendo exercido funções como chefe de gabinete do Primeiro-Ministro¹⁹. Relativamente aos Heróis do Mar, devido à iconografia de que se rodeavam, chegou a surgir na altura a suspeita, ou até a acusação, de que se tratava de um grupo nacionalista de vanguarda, ligado à extrema-direita. Os Sétima Legião foram menos questionados quanto a esse ponto, mas, em qualquer caso, eram bandas que se inseriam claramente numa linha «anos 80», que, na esteira de um movimento de «rock português» inaugurado em 1980 por Rui Veloso e Carlos Tê com o álbum *Ar de Rock*, rompe por completo com os baladeiros e «cantautores» dos anos sessenta e do imediato pós-25 de Abril.

Um outro exemplo prende-se com uma personalidade que emergiu justamente a partir da crítica musical, Miguel Esteves Cardoso (ou «MEC»), cuja notoriedade se deveu ao seu talento ímpar, como é evidente, e ao facto de tirar partido do bilinguismo e da proximidade ao Reino Unido para, nas suas crónicas no jornal *Se7e*, em *O Jornal* ou na *Música & Som*, e reunidas no livro *Escrítica Pop* (1982), dar conta das bandas que se afirmavam na «cena» britânica, designadamente as que se editavam

¹⁸ Sobre os Madredeus, cf. Jorge Pires, *Madredeus. Um futuro maior*, Lisboa, Temas e Debates, 1995. Entre outras intervenções, é particularmente interessante a entrevista de Pedro Ayres Magalhães a Inês Pedrosa, *Anos Luz. Trinta conversas para celebrar o 25 de Abril*, Lisboa, 2004, pp.148ss.

¹⁹ Cf., sobre este grupo musical, as reportagens realizadas por ocasião do seu trigésimo aniversário, por ex: Nuno Miguel Guedes, «Melancólica revolução da amizade», *Visão*, de 26-IV-2012. João Moço, «30 anos da Sétima legião. Os meninos de Alvalade», *Notícias Magazine*, s.d. Note-se que Francisco Ribeiro de Menezes, filho do embaixador Pedro Ribeiro de Menezes, é irmão de Filipe Ribeiro de Menezes, historiador e autor de uma biografia de Salazar que obteve grande sucesso (cf. Maria João Avillez, «Ribeiro de Menezes. Retrato de família», *Público/P2*, de 22-XI-2011), a qual foi criticada por alguns historiadores de esquerda, como Manuel Loff (in *Análise Social*, vol. XLVI, 2011, pp. 350ss).

com a chancela *Factory* e se inscreviam na *new wave* pós-punk: Joy Division, New Order, The Durutti Column, etc. Era um tipo de informação que, numa altura em que não existia Internet, os jovens buscavam com avidez, sendo transversal a ideologias ou famílias políticas.

Em 1982, Miguel Esteves Cardoso criou, com Pedro Ayres Magalhães, Ricardo Camacho e Francisco Sande e Castro, entre outros, a Fundação Atlântica (Companhia de Discos de Portugal), a primeira editora portuguesa independente, que produziu discos de Anamar (*Baile Final/Lágrimas*, 1983), dos Sétima Legião (*Glória/Partida*, 1983; *A Um Deus Desconhecido*, 1984), ou de um grupo então desconhecido, os Delfins (*O Vento Mudou*, 1984; *A Casa da Praia*, 1985), bem como o álbum *Amigos em Portugal* (1983), dos The Durutti Column. O nome *Fundação Atlântica* é significativo, como é significativo o facto de Miguel Esteves Cardoso, com o seu emblemático laço ao pescoço e o seu Volkswagen «carocha» preto, que estudara a saudade, o sebastianismo e o Integralismo Lusitano²⁰ e se afirmava como monárquico, o que era totalmente desconcertante, além de alimentar polémicas com Fernando Namora ou Eduardo Prado Coelho, se ter tornado um autor de culto devido às crónicas semanais que publicava no *Expresso*, e que seriam reunidas em livro em 1986, com o nome *A Causa das Coisas*, objecto de várias edições e ainda hoje um livro de sucesso²¹. No ano seguinte, em 1987, Miguel Esteves Cardoso será candidato independente pelo Partido Popular Monárquico às eleições para o Parlamento Europeu, numa campanha com uma marca anti-europeísta que surpreendia pela

²⁰ Cf. Miguel Esteves Cardoso, «Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano», *Análise Social*, vol. XVIII, 1982, pp. 1399-1408.

²¹ Sintomaticamente, *A Causa das Coisas* é uma das obras de Miguel Esteves Cardoso recentemente reeditadas pela Porto Editora, juntamente com *Os Meus Problemas* (orig. 1988), *O Amor é Fodido* (orig., 1994) e *Explicações de Português* (orig. 2001). A Porto Editora lançou ainda, com grande sucesso editorial e amplíssima cobertura mediática, um conjunto de crónicas mais recentes do autor, reunidas sob o título *Como É Linda a Puta da Vida* (2013).

inventividade e pela frescura moderadamente subversivas, e que seduziu certas franjas intelectuais urbanas e jovens, e em cujos tempos de antena surgiam Pedro Ayres Magalhães e, note-se, Paulo Portas, o antigo repórter do *Semanário* com quem dois anos mais tarde Miguel Esteves Cardoso fundará *O Independente*, tendo, logo na altura da fundação, sido combinado que Portas ficaria como n.º 2 para mais tarde passar a director, quando «MEC» saísse, como saiu, para fundar a revista *Kapa*²². Recorremos que as originalíssimas crónicas de «MEC», transformadas em leitura de culto numa época em que não existia Internet nem muitos meios de fruição intelectual «leve», eram acompanhadas semanalmente pela reprodução de um anúncio antigo a um produto comercial do quotidiano do Estado Novo, numa reapropriação que explorava o *nonsense*, é certo, mas também alguma nostalgia e um certo revivalismo. Só por tal via, a via do humor suave e cândido, ainda que por vezes mortífero, de Miguel Esteves Cardoso, é que essa imagética salazarista poderia ser recuperada sem suscitar o clamor indignado de uma certa esquerda que, de tão reactiva, se arriscava com o tempo a tornar-se reaccionária. Mas o facto é que a pasta medicinal Couto ou a cera Encerite, que mostrava uma criada fardada, de avental e crista, a encerar um soalho de joelhos – e a Encerite só tinha interesse e graça se mantivesse essa imagem –, puderam aparecer e ser toleradas devido a um dispositivo «braudillardiano» de simulacro, envolvendo o *kitsch* e o humor ou, talvez melhor, devido a uma reelaboração da sensibilidade *camp*, tal como recortada por Susan Sontag no seu célebre ensaio de 1964.

Este revivalismo corresponde, aliás, a uma tendência que persiste e é hoje muito difundida, sendo comercialmente explorada por Catarina Portas, em quiosques *rétro* e sobretudo

²² Em entrevista a Pedro Mexia, Miguel Esteves Cardoso afirma que existiu uma continuidade, «até física», entre a sua candidatura ao Parlamento Europeu e o lançamento de *O Independente*: a percentagem de votantes na sua candidatura era um teste à viabilidade de um projecto jornalístico daquela natureza (cf. *Expresso/Revista*, de 24-III-2012).

na loja/marca A Vida Portuguesa (2004), que cito apenas por ser o exemplo mais conhecido e com maior simpatia junto dos *media*²³. Na loja da irmã de Paulo Portas, uma mulher assumidamente de esquerda, encontramos caixas de lápis Viarco com rapazes vestindo a farda da Mocidade Portuguesa, mas também reproduções dos cartazes de João Abel Manta figurando a Aliança Povo/MFA. Há um esvaziamento político dos objectos de consumo mas também, sem dúvida, alguma «ideologia» neste processo de «des-ideologização»²⁴. Curiosamente, objectos com a farda da Mocidade são vendidos a poucos metros da antiga sede da PIDE/DGS, cuja reconversão em condomínio de luxo suscitou a indignação de movimentos como «Não Apaguem a Memória». A isso, Catarina Portas poderia retorquir que é justamente a «memória» que constitui o seu *core business*, mas não vou entrar na complexa questão da «guerra das memórias». Em todo o caso, trata-se de um sinal, de um sinal muito interessante, a circunstância de, na mesma loja, se venderem – e a preços elevados, aliás – produtos que eram usados pelas criadas de servir

²³ Cf., por ex., a reportagem «Produtos da época do Estado Novo regressam às lojas», *Diário de Notícias*, de 22-IV-2009.

²⁴ Cf. o ilustrativo «Manifesto» de A Vida Portuguesa, que afirma: «A Vida Portuguesa nasceu com a vontade de inventariar as marcas sobreviventes ao tempo, a intenção de revalorizar a qualidade da produção portuguesa manufacturada e o desejo de revelar Portugal de forma surpreendente. Ao longo dos últimos anos pesquisámos, do Norte ao Sul de Portugal, produtos de criação e fabricação portuguesa. Que produtos são esses? São produtos que atravessaram gerações e nos tocam o coração. Fabricados desde há muito, mantiveram até aos dias de hoje as mesmas embalagens originais, bonitas, pueris. Devem a longevidade à sua qualidade, excelentíssima nalguns casos (e reconhecida no estrangeiro também). Com o tempo, o génio e o labor tornaram-nos perfeitos e essenciais. São marcas registadas na memória e comercializam uma forma de viver. Relembra o quotidiano de uma época e revelam a alma de um país. Estes produtos são nossos. Estes produtos somos nós» (in <http://www.avidaportuguesa.com/>). A este propósito, é particularmente interessante a entrevista de Catarina Portas à revista *recursos Humanos Magazine*, de Julho-Agosto de 2010. Importaria determinar em que medida este revivalismo imagético não contribui para alimentar aquilo que já se designou por «mobilização reemergente do complexo identitário português»: cf. André Barata, «A mobilização reemergente do complexo identitário português», in AA. VV., *Representações da Portugalidade*, dir. de André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro, Alfragide, Editorial Caminho, 2011, pp. 93ss.

do Estado Novo e cartazes da aliança Povo/MFA, como é interessante a retórica de consumo do «tradicional» e do «português» que lhe está subjacente – e que está a ser induzida, de outras formas, na actual conjuntura de alguma revivescência nacionalista. O intensíssimo movimento das confrarias e das academias gastronómicas – por exemplo, as academias de bacalhau, estudadas por José Sobral²⁵ –, a par do culto dos produtos biológicos e absolutamente «naturais», de origem portuguesa, não importados, é um outro tema que se inscreve nesta lógica comportamental e social de que estou a dar apenas alguns exemplos.

Como referi, nos alvares da década de oitenta tudo isto coincidiu com aquilo a que poderemos designar como «neo-romantismo», o qual converge com a redescoberta e a hipervalorização do «rural», dos solares e das casas de família, da arquitectura com materiais naturais, mais tarde levando a uma reedição, de gosto duvidoso, do estilo «português suave»²⁶ em muitos condomínios privados, de actividades como o hipismo, a caça²⁷, as touradas, o turismo de habitação, e, nos nossos dias, os «lugares de charme». Refiro estes aspectos porque uma história cultural da direita portuguesa pode tender a concentrar-se nos exemplos publicamente mais ostensivos, mais extremados, como os desfiles de cariz nacionalista do 1º de Dezembro liderados por Vera Lagoa ou o ideário de Jaime Nogueira Pinto e dos seus próximos, desvalorizando estas correntes que objectivamente foram muito mais influentes e abrangeram segmentos muito amplos da nossa sociedade, alguns deles nunca conotados com a direita.

A revista *Kapa* seria fundada em 1990 com capitais da Valentim de Carvalho e da SOCI do advogado Luís Nobre Guedes,

²⁵ Cf. José Sobral, «Alimentação, comensalidade e cultura: o bacalhau e os portugueses» (comunicação ao XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011) [disponível na Internet e consultado em 9-II-2013].

²⁶ Sobre este estilo, cf., por todos, José Manuel Fernandes, *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

²⁷ Sobre a caça, é muito interessante o trabalho de Mário Pereira Bastos, *O Problema Venatório no Alentejo – Caça, costumes e tensões sociais*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, policop.

personalidade próxima de Paulo Portas²⁸. A *Kapa*, onde «MEC» tem um papel preponderante (a revista era o seu sonho desde a fundação de *O Independente*), publicava inúmeros artigos de cunho revivalista, por exemplo, no domínio da arquitectura, assinados por um purista absoluto, Alberto Castro Nunes, tinha um grafismo e uma imagem *rétro*, publicava, por exemplo, um famoso ensaio de Vasco Pulido Valente que procedia a uma re-visitação do consulado de Marcelo Caetano em tonalidades trágicas²⁹. O título de capa, porém, não correspondia ao sentido do escrito de Pulido Valente. Assim, enquanto o ensaio tinha por subtítulo, sintomaticamente, «As desventuras da razão», a capa da revista ostentava os dizeres: «Marcello, o Maior». O n.º 1 da revista ostentava na capa uma fotografia a preto e branco de rapazes da Casa do Gaiato, da autoria de Inês Gonçalves, que poderia perfeitamente ter sido captada na década de 40 ou 50, e abria, logo nas primeiríssimas páginas, com uma fotografia do general António de Spínola, acompanhada de uma legenda encomiástica: «Um herói esquecido sempre pelas razões erradas. O 28 de Setembro nada significou na carreira de um homem que queria descolonizar e democratizar pacificamente. Hoje é um símbolo tranquilo de patriotismo, discrição e comedimento»³⁰. Na página a seguir, a actriz Maria de Medeiros e, logo depois, uma fotografia do edifício estadonovista do Instituto da Vinha e do Vinho. A *Kapa* era inclassificável.

Noutro número, Maria Filomena Mónica atacava violentamente Aníbal Cavaco Silva, uma personalidade com a qual, quer a direita neoconservadora tradicional, quer sobretudo a direita

²⁸ Sobre a *Kapa*, com selecção de textos de Carlos Quevedo (alguns em co-autoria com Miguel Esteves Cardoso ou Rui Zink), cf. Carlos Quevedo, *Os delírios da Kapa e outros textos*, Lisboa, Oficina do Livro, s.d. Alguns textos publicados na revista encontram-se disponíveis in <http://kapa.blogspot.pt/>

²⁹ Cf. Vasco Pulido Valente, «Marcello Caetano. As desventuras da razão», *Capa. K*, n.º 2, Novembro de 1990, pp. 41ss. Este marcante ensaio seria republicado em livro, em diversas ocasiões: cf., por ex., Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano. As desventuras da razão*, Lisboa, Gótica, 2003.

³⁰ Cf. *Capa. K*, n.º 1, Outubro de 1990, s/p.

e a esquerda intelectuais sempre mantiveram uma relação que se resume numa palavra: ódio. É que Cavaco Silva e a sua entrada fulgurante na vida política portuguesa vinham subverter por completo os dispositivos de regulação do *status*. Aníbal Cavaco Silva afirmava as suas origens sociais humildes mas, ao mesmo tempo, não era um completo *parvenu*: fora bolsheiro e investigador da Fundação Gulbenkian desde 1965, doutorara-se na Universidade de York em 1971, ao mesmo tempo ou até antes do que alguns vultos da *intelligentzia* nacional, ainda que, ao contrário destes, nunca tenha convertido esse capital universitário em capital social (em capital político talvez sim, mas em capital social decididamente não). Note-se que em 1970 doutoraram-se apenas 61 pessoas em Portugal, incluindo o reconhecimento de doutoramentos feitos no estrangeiro, especialmente no Reino Unido³¹. Além disso, Cavaco Silva era técnico do Banco de Portugal e Sá Carneiro escolhera-o para um lugar tão importante como ministro das Finanças, preterindo diversos «gurus» da Economia, com muito maior projecção mediática. Portanto, Cavaco Silva era *demasiado distante* das redes de sociabilidades das elites mas, em simultâneo, *suficientemente próximo* delas para causar perturbação, pelo que haveria que estabelecer um *cordon sanitaire* em seu redor. E era essa suficiente proximidade, porque lembrava aos críticos as suas próprias fragilidades (desde logo, no quadro das suas representações mentais, a fragilidade de terem nascido portugueses...), que suscitava e suscita sentimentos tão extremados. A crescer a tudo isto, Cavaco Silva conquistaria duas maiorias absolutas, um facto inédito na história da nossa democracia. Daí adensar-se a animosidade de uma certa intelectualidade cosmopolita e bem-pensante contra a sua pessoa, sendo que o ponto de ataque, como não poderia deixar de ser, se centrava justamente na sua alegada incultura, na «falta de mundo», na não-pertença a um universo social e mental

³¹ Cf. Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas, *Portugal: os números*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010, p. 39.

que, à esquerda e à direita, muitos foram educados desde o berço a considerar como «seu». Daí a insuportabilidade visceral que despertava em personalidades como Vasco Pulido Valente³² ou Maria Filomena Mónica³³, ou na redacção de *O Independente*, onde, como diz Paulo Portas, «a humildade não era propriamente o género dominante»³⁴. Cavaco Silva era um «intruso» que já estava «cá dentro», o que o tornava particularmente incómodo. Quando, mais recentemente, Maria Filomena Mónica se referiu a Cavaco Silva como se tendo doutorado numa «instituição que, por ser recente, não tinha prestígio, mas que lhe pareceu adequada aos seus fins»³⁵ é justamente esse dispositivo inigualitário que pretende explorar: não podendo negar que se doutorara no estrangeiro, no mítico estrangeiro, há que encontrar *nuances* que apoiem a sua desvalorização que, mais do intelectual, é social³⁶.

³² Veja-se, por ex., os textos saídos originalmente na imprensa com os títulos «O Mistério de Cavaco», «Drama Cavaquiano» ou «O Grande Mundo do Dr. Cavaco», todos publicados *in* Vasco Pulido Valente, *Às Avestas*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1990, *passim*. No primeiro desses textos, Vasco Pulido Valente enquadra Cavaco Silva numa linha de políticos de origens humildes (Costa Cabral, João Franco, Salazar, Ramalho Eanes, Cunha Leal, Marcelo Caetano), afirmando que todos nasceram da «notória incapacidade que tem a classe dominante portuguesa de gerar os seus próprios dirigentes». Acrescentava, sobre as novas gerações de políticos: «Mas evitemos ser reaccionários. “Subir na vida” é um direito que constitucionalmente lhes assiste e não é coisa má para o país. A sociedade fluida do pós-25 de Abril tinha de os trazer à tona: e admitamos, *sem excessiva repugnância*, que o merecem» (*ob. cit.*, p. 219, itálico acrescentado). Cf. ainda as diversas crónicas reunidas no livro *Esta Ditosa Pátria*, Lisboa, Relógio D'Água, 1997.

³³ Cf., por ex., o capítulo «O Chefe», da obra de Maria Filomena Mónica, *Visitas ao Poder*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993, pp. 129ss.

³⁴ Cf. *Expresso*, de 3-I-2013.

³⁵ Este texto, originalmente saído na revista *GQ*, seria republicado *in* Maria Filomena Mónica, *Vidas. Biografias, perfis e encontros*, Lisboa, Alethéia Editores, 2010, pp. 314ss.

³⁶ Curiosamente, em entrevista a Pedro Mexia, Miguel Esteves Cardoso reconhece, manifestando arrependimento, que existia algum elitismo ou snobismo, até social, nas críticas feitas a algumas elites do «cavaquismo», como Fernando Nogueira: «Fomos muito pirosos nisso. Ao princípio, achávamos graça à meia branca, era uma espécie de *bulliyng* armado em snobe, de que me arrependo. É muito foleiro, mas éramos novos. Era desagradável o que fazíamos, sobretudo eu, o Paulo [Portas] não era assim. Hoje arrependo-me imenso. E gozar com a condição social da pessoa, com o gosto da pessoa, não

É sintomático que, nas páginas de *O Independente*, Paulo Portas haja acentuado o «indisfarçável arrivismo» de Maria Cavaco Silva, recomendando-lhe «volte a ser discreta» e classificando-a de «PMI (Pequena e Média Intelectual)». Não podendo negar por inteiro o estatuto de intelectual à mulher do então Primeiro-Ministro, Portas procurava depreciá-la no plano social e do gosto, falando, evidentemente, do seu «mau gosto poético». Quanto ao marido, era considerado «ambicioso», «paroquial», «ordinário» e «um homem de esquerda» que «não gosta da direita». Em contrapartida, Freitas do Amaral era descrito por Paulo Portas como «um senhor» e «um homem de bem»³⁷. Paulo Portas, aliás, não hesitava em adoptar um registo de clara segregação social, atacando, a propósito dos governos de Cavaco Silva, «o bando possidónio que tomou conta da cidade, sem respeito nem continência, e que vê na política uma espécie de promoção social». O cavaquismo, para Portas, «fez uma revolução na classe dirigente», povoando-a de «homens sem história». Contra um sentimento difundido entre algumas elites da altura – o da exaltação das origens humildes como prova de qualidades pessoais –, Portas insurgia-se fazendo o discurso oposto: «é bem ter nascido mal e vale a pena fazer gala disso. [...] A democracia que temos exhibe o brasão ao contrário. A nova oligarquia é a dos *self-made men*, criaturas que se acham mais capazes e de maior direito». Aludia mesmo a «um ódio de classe e a uma psicopatia de má inserção social», não hesitando em criticar-se, como outrora se tinha feito com Carlos Mota Pinto, a forma de vestir de Aníbal Cavaco Silva.

é nada conservador [...] O Cavaco nunca pôs um processo, nunca chateou, nunca mandou uma carta, mesmo quando foi muito maltratado, foi impecável. [...] Essas pessoas com que gozávamos, como o Macário [Correia], acabavam sempre por ganhar, porque eram superiores»: cf. *Expresso/Revista*, de 24-III-2012.

³⁷ Cf. Filipe Santos Costa, «Quando Portas escrevia que Cavaco “merecia levar um estalo”», *Expresso/Revista*, de 18-V-2013. De si próprio, Paulo Portas escrevia: «Se há uma certeza pessoal que eu posso divulgar é a de que não tenho a menor intenção de me submeter a votos».

Em paralelo, num domínio mais profundo, o dos valores, das representações e das crenças sociais, começa a fazer-se um «ajuste de contas» com os pretensos excessos do PREC. A pedagogia, porque recebe o influxo de alguma obsessão da parentalidade e da preocupação colectiva com as «gerações que estamos a formar», é um dos barómetros mais precisos destas tendências sociais algo larvares ou subterrâneas. Em 1997, Maria Filomena Mónica publica *Os Filhos de Rousseau*³⁸. Gabriel Mithá Ribeiro dará à estampa *A Pedagogia da Avestruz* em 2004. Mais tarde, em 2006, Nuno Crato irá atacar o «eduquês» e a pedagogia romântica. Santana Castilho lançara em 1999 o *Manifesto para a Educação em Portugal*, Rui Baptista publicará em 2005 o livro *O Leito de Procusta: Crónicas sobre o Sistema Educativo* e, nesse mesmo ano, David Justino publica *No Silêncio somos todos Iguais*. A editora Gradiva, de Guilherme Valente (ele próprio, autor de uma obra recente intitulada *Os Anos Devastadores do Eduquês*, 2012), que publicou os títulos de Nuno Crato e David Justino, deu um importante contributo para um repensar crítico da Educação que ia, de alguma forma, num sentido «correctivo» dos excessos do PREC. É a David Justino que, enquanto Ministro da Educação (2002-2004), se deve a publicitação dos *rankings* dos estabelecimentos de ensino, os quais geraram polémica em alguns sectores docentes, que os consideraram «elitistas», mas foram acompanhados obsessivamente pelos pais e encarregados de educação, por vezes de forma acrítica, passional e imediatista. Nesse tempo, com os *rankings* a apontarem o ensino particular como via mais segura de acesso ao superior, há uma afluência em massa aos colégios, alguns deles religiosos. No Colégio Sagrado Coração de Maria, em Lisboa, que ficara bem colocado no *ranking*, os pais chegaram a passar a noite na rua para inscreverem os filhos. E, em simultâneo, criam-se colégios com «marcas de distinção» nos domínios da onomástica

³⁸ Para um período posterior, mas no mesmo registo, cf. Maria Filomena Mónica, *Confissões de uma liberal*, s.l., Edições Quasi, 2007, pp. 97ss.

e da heráldica. Se virmos, por exemplo, a página na Internet do Real Colégio de Portugal³⁹, que foi criado em 1999 mas descreve com minúcia os pergaminhos antigos da quinta onde está sediado (Quinta do Conde do Paço, no Lumiar), teremos um bom exemplo de «invenção da tradição». O uso de fardas, os brasões dos emblemas dos colégios, as divisas e máximas grandiloquentes, a separação de sexos em alguns estabelecimentos e até a aprendizagem precoce de línguas como o latim são hoje encarados com tranquilidade⁴⁰. Se aquele é o panorama dos colégios privados, no sistema educativo em geral as palavras de ordem são «excelência», «autoridade aos professores», «rigor» e «exigência» no ensino dos alunos, o que acabaria por ter tradução legal no Estatuto do Aluno, aprovado em 2002 e revisto em 2008 e 2010, tendo, em 2012, sido aprovado um novo Estatuto do Aluno e da Ética Escolar (Lei n.º 51/2012, de 5 de Setembro). Entretanto, em 2008 o país assistia chocado a imagens de alunos a atirarem ao chão uma professora no meio de uma sala de aula, por causa de uma disputa sobre a posse de um telemóvel. Fenómenos como este, isolados ou não, provocam sempre sentimentos reactivos de tipo neoconservador, como é evidente. Isto também se passa na abordagem da criminalidade, ainda que Portugal não tenha sofrido o influxo do «populismo penal»⁴¹ que marca, por vezes de forma brutal, os Estados Unidos e, em menor grau, a França ou a Inglaterra, sendo curioso notar que, neste último país, a abordagem «dura» da criminalidade foi teorizada à esquerda, pelo *New Left Realism*, de Derek Cornish e outros (*The Reasoning Criminal*, 1986). Tony Blair percebeu o capital político desse movimento e, naturalmente, o *New Labour* apropriou-se dele. Em Portugal, os vestígios mais

³⁹ <http://www.realcolégio.pt/>

⁴⁰ Sem abordar esta realidade, mas de grande interesse numa perspectiva mais vasta, cf. Maria Manuel Vieira da Fonseca, *Educar Herdeiros. Práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁴¹ Cf. António Araújo, «O Populismo Penal: algumas notas», in AA. VV., *Liber Amicorum de José de Sousa e Brito, em comemoração do seu 70.º aniversário*, Coimbra, Edições Almedina, 2009, pp. 763ss.

evidentes desta tendência situam-se nos projectos para criação de um registo ou de uma base de dados de condenados por abusos sexuais a menores.

Quer no neoconservadorismo estético, quer na direita urbana há uma relativa quebra com a direita tradicional, salazarista (e até anti-marcelista⁴²), nacionalista, católica, mas também com a chamada «nova direita» que surgira um pouco antes pela mão de nomes como Jaime Nogueira Pinto, António Marques Bessa, José Adelino Maltez, Miguel Freitas da Costa, Nuno Rogeiro, Eurico de Barros, cada um naturalmente com o seu percurso e características singulares. A revista *Kapa* nada tem a ver com a *Futuro Presente*, fundada em 1980 por Jaime Nogueira Pinto, José Miguel Júdice, António Marques Bessa, entre outros, tendo esta um conteúdo político-ideológico mais marcado e militante, ainda que fazendo incursões culturalistas por domínios caros àquela corrente da direita nacionalista, domínios como a ficção científica, a sociobiologia, a banda desenhada, e até a chamada «filosofia portuguesa». Mas, paradoxalmente, ou talvez não, acabou por ser muito maior a influência cultural e ideológica de uma «não-esquerda» assumidamente *aggiornata* – preocupação que não existia na *Futuro Presente*, em *O Diabo* de Vera Lagoa ou em *O Dia* de Silva Resende. Num ensaio publicado em 1987, Jaime Nogueira Pinto pressentia já que a ideologia e a estratégia dominantes na direita eram «possibilistas», e não poderiam

⁴² A crítica a Marcelo Caetano resultava ainda do facto de, em larga medida, esta direita ser o prolongamento, inclusivamente no que se refere aos seus protagonistas, da direita nacionalista radical surgida no final do Estado Novo: cf. Riccardo Marchi, *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009; cf. tb. José Miguel Júdice, «Oposição de direita a Marcello Caetano», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Vol. F/O, Porto, Figueirinhas, 1999-2000, pp. 643ss. A aversão a Marcelo Caetano adensar-se-ia após o 25 de Abril, sendo aquele culpabilizado pelo fim do regime (cf., por ex., Eduardo Freitas da Costa, *Acuso Marcelo Caetano*, Lisboa, Liber, 1975), o que criou uma acesa controvérsia no seio das antigas elites do Estado Novo ou de personalidades próximas do legado do salazarismo. Sobre a estratégia da extrema-direita até aos anos 80, cf. Riccardo Marchi, «A extrema-direita portuguesa na “Rua”: da transição à democracia» (1976-1980)», *Locus. Revista de História*, vol. 18, n.º 1, 2012, pp. 167ss.

ser mais do que isso, mas entendeu na adesão à CEE um espaço de afirmação possível desta corrente ideológica. O nacionalismo português, segundo ele, poderia assentar na «questão da conservação da identidade nacional no contexto das Comunidades Europeias». Será esse o tópico que servirá de *leit-motiv* à candidatura de Miguel Esteves Cardoso ao Parlamento Europeu, sendo a direita tradicional, uma vez mais, relegada para segundo plano. Outro eixo em que Jaime Nogueira Pinto via alguma possibilidade de combate ao «esquerdismo dominante» era, como sempre, África. Segundo Nogueira Pinto, esta era uma questão tão ou mais importante quanto, a partir de meados da década de oitenta, os «governos marxistas de Angola e Moçambique» estavam a constituir um «lóbi de interesses em Lisboa, apoiado em círculos de negócios e no próprio PSD»⁴³. Tudo indicia que o projecto político de Nogueira Pinto não logrou o seu objectivo de vencer os lóbis angolano e moçambicano. Pelo contrário: o apoio à UNITA, proclamado nesse texto como a solução mais consonante com a crítica à descolonização, esfumar-se-á com a morte do seu líder histórico, Jonas Savimbi. O «fenómeno cavaquista», na expressão de Nogueira Pinto, emerge do facto de Cavaco Silva adoptar um discurso nacional e populista, tendo Freitas do Amaral e, depois, Adriano Moreira, sido incapazes de contestarem o domínio daquele economista pragmático. Na perspectiva de Nogueira Pinto, Freitas do Amaral seria um representante da «direita orleanista» – parlamentar, liberal, gradualista e consensual. Esse espaço político esfumara-se com o advento do «cavaquismo», que o absorvera. Ainda assim, existia em alguns sectores e personalidades (v.g., Paulo Portas, Pedro Santana Lopes) uma persistente nostalgia pelo legado de Sá Carneiro, ele sim considerado o representante do espírito liberal entre nós⁴⁴, o que não sucederia com Cavaco Silva.

⁴³ Cf. Jaime Nogueira Pinto, «A direita e o 25 de Abril: ideologia, estratégia e evolução política», in AA. VV., *Portugal. O sistema político e constitucional, 1974-1987*, dir. de Mário Baptista Coelho, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, s.d., pp. 193ss.

⁴⁴ Cf., sobre este ponto, Rui Ramos, «Um projecto de liberdade (sobre Francisco Sá Carneiro)», in *Outra Opinião. Ensaios de História*, Lisboa, O Independente, 2004, pp. 154ss.

O ponto que, neste passo, interessa salientar é tão-só o seguinte: a direita urbana dos anos oitenta percebeu que estaria condenada se estivesse ligada à direita ultramontana e tradicionalista, nostálgica do salazarismo. Falava de nação, de pátria, de tradição, participava na campanha contra o Tratado de Maastricht (1992), mas estava muito mais próxima de alguma esquerda, até nas sociabilidades que construía (por exemplo, em bares míticos como o *Frágil*, inaugurado em 1982⁴⁵), do que dessa direita mais «antiga», que cultivava pontes com alguns meios castrenses, ou mesmo de uma direita que, quando queria ser «moderna», tinha um *corpus* de referências completamente distinto: a banda desenhada de Corto Maltese, as obras de ficção científica de Phillip K. Dick ou a música de inspiração céltica.

De alguma forma, naquela direita urbana e sofisticada pode ter havido como que um prenúncio da formação de uma espécie de «bloco de direita», em confronto com o que mais tarde será o Bloco de Esquerda (Louçã terá afirmado, o que é sintomático, que *O Independente* era o «*Correio da Manhã* dos intelectuais»). Não se pretende afirmar, obviamente, que esteve em gestação um projecto partidário, pois isso nunca existiu, ainda que *O Independente* tivesse trilhado um caminho político e o seu director acabasse por entrar na política activa, assumindo inclusivamente funções governativas. Por «bloco de direita» refiro-me a uma abordagem iconoclasta, narcísica, com um sentido de superioridade intelectual, urbana, relativista nos costumes, liberal na economia, conservadora em política, diletante, hedonista, cosmopolita, terrivelmente snobe. «Éramos libertários na estética e conservadores na substância», diz Paulo Portas, procurando explicar as óbvias contradições do projecto ideológico subjacente ao jornal que fundou⁴⁶. De facto, esta era uma direita *attrape tout*, uma irreverência sem margens que tinha uma capacidade notável de absorver e largar tudo, sem distinções ou

⁴⁵ Cf., por ex., Raquel Carrilho, «Uma utopia chamada Frágil», *Sol*, de 22-I-2012. É interessante o depoimento de Rodrigo Leão no *Diário de Notícias*, de 15-VI-2012.

⁴⁶ Cf. *Expresso*, de 5-I-2013.

sectarismos, mas também sem inquietações de coerência. Todos se recordam que, a dado passo, já no final da vida, Agostinho da Silva é subitamente «descoberto» e converte-se numa figura nacional, com a sua imagem de místico ou profeta, o seu percurso de vida singular, a imagem iconoclasta do homem de espírito franciscano que sonhava com um Quinto Império e que nem sequer tinha bilhete de identidade. O fascínio que exerceu durou praticamente até à sua morte e foi, de certo modo, transversal a muitos credos políticos⁴⁷.

Em resumo, existe uma convergência, que é menos epidérmica do que parece, entre o movimento que levou à criação de uma direita urbana e sofisticada e uma tendência social para valorizar o «autêntico», o «antigo», o «nacional». É essa direita – e só poderia ser ela a fazê-lo – que, no fundo, realiza a síntese entre duas realidades à primeira vista contraditórias: vanguardismo cosmopolita e saudosismo nacionalista. Desde logo, porque conquistara espaço público para este empreendimento, através da abertura de circuitos próprios e redes de sociabilidades muito amplas e eficazes. Na *movida* portuguesa dos anos oitenta, essa direita urbana e sofisticada convivia com a esquerda na moda, na noite, no hedonismo e numa visão libertária em matéria de costumes. De certa forma, era uma «direita que era de esquerda» e isso foi um contributo muitíssimo importante para combater algo extremamente enraizado entre nós: a estanquicidade da divisória esquerda/direita, o esquema dicotómico e maniqueísta que, no final, dava prevalência à esquerda. Agora, com este *approach* desconcertante, «MEC» e outros vinham reequilibrar a agenda cultural e, sobretudo, mostrar, pela primeira vez desde há muitos anos, que se podia ser culto não sendo de esquerda e vice-versa. Na sua abordagem desarmante, esta direita – ou, talvez melhor, esta «não-esquerda» – foi a primeira corrente no

⁴⁷ Cf., para uma primeira aproximação, com abundantes indicações bibliográficas, Miguel Reale, *O Pensamento Português Contemporâneo, 1890-1910. O labirinto da razão e a fome de Deus*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, pp. 526ss.

pós-25 de Abril a questionar, com popularidade⁴⁸, a hegemonia cultural da esquerda, mostrando que se podia ser *fashion* e «culto» sendo de direita ou, pelo menos, *não sendo de esquerda*.

Julgando-se «independente»⁴⁹, uma independência que se exibia através de sucessivas manchetes contra os poderes instituídos (dos ministros de Cavaco Silva ao governador de Macau nomeado pelo Presidente Soares, passando pela UGT de Torres Couto⁵⁰), a direita urbana dos anos oitenta, aparentemente

⁴⁸ Existiram, é certo, tentativas anteriores de instauração de um pensamento de direita, empreendimento que passou, por exemplo, pela tradução da obra *Nova Direita, Nova Cultura. Antologia das Ideias Contemporâneas*, traduzida em 1980 por Diogo Pacheco de Amorim e publicada esse ano pelas Edições Afrodite. Há também um «anticomunismo militante», que passou pela denúncia da realidade sombria do estalinismo e da União Soviética. Em 1976, a Bertrand publicara, com tradução de Francisco Ferreira («Chico da CUF»), Maria Llistó e José-Augusto Seabra, *Arquipélago de Gulag*, de Soljénitsine. Dois anos mais tarde, a Afrontamento daria à estampa a obra *A Cozinheira e o Devorador de Homens. Ensaio sobre o Estado, o Marxismo e os Campos de Concentração*, de André Glucksmann, autor que viria a Portugal participar nos ciclos de conferências que, na sequência da derrota presidencial de Freitas do Amaral, foram organizados pela então criada Fundação Portugal Século XXI (cf., a este propósito, e sobre as dificuldades desta instituição, Richard A. H. Robinson, «Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa», *Análise Social*, vol. XXXI, 1996, pp. 951ss). O combate ao comunismo e a afirmação de um espaço de direita eram tributários de uma acção desenvolvida desde o «Verão Quente» de 1975, aquilo a que já se chamou a «fase popular» do anticomunismo: cf. Miguel Reale, «Anticomunismo», in AA. VV., *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal*, dir. de José Eduardo Franco, Lisboa, Círculo de Leitores-Temas e Debates, 2009, pp. 575ss. A divulgação de relatos memorialísticos de antigos comunistas, como «Chico da CUF», Silva Marques ou Cândida Ventura, a par do trabalho de análise e crítica levado a cabo por personalidades como José Miguel Júdice (autor do influente *Portugal à Deriva*, 1978), tiveram significativa repercussão pública e inegável importância histórica. Sintomaticamente, *O Independente* não assumiu o combate ao comunismo como uma das suas prioridades e, se exceptuarmos algumas abordagens (a de Pulido Valente, por ex.), evidenciou mesmo algum «fascínio» pela figura de Álvaro Cunhal.

⁴⁹ Sobre este traço de *O Independente* e a sua genealogia, cf. Maria Filomena da Silva Barradas, *Uma Nação a Falar Consigo Mesma: O Independente (1988-1995)*, dissertação de doutoramento em Estudos de Literatura e Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, policop., pp. 32ss.

⁵⁰ Num balanço à distância, muitos reconhecem os excessos de «populismo justicialista» patentes nas sucessivas manchetes de *O Independente*. Para Nobre Guedes, o jornal foi «claramente longe demais»; para José Adelino Maltez, a marca classista, patente nas críticas impiedosas às origens humildes de Macário Correia, denunciava que se estava perante «um jornal de queques da Linha». Graça Rosendo reconhece que o

contestatária do *establishment* assente no duopólio PS/PSD e no seu *rotativismo da mediocridade*, acabou, de certo modo, por servir o «sistema». À semelhança do que ocorre com a «novíssima direita dos blogues», de que falarei a seguir, é possível que esta direita dos anos oitenta tenha desempenhado, em alguma medida, o papel de «idiota útil», semelhante ao dos *compagnons de route* que enaltecera as maravilhas da União Soviética. Sem dúvida, a «direita anos 80/90» causou danos quando passou para a esfera política – ou político-judicial – da denúncia de «casos» nas manchetes de *O Independente*⁵¹, mas, no estrito âmbito

jornal onde trabalhava «generalizou o off e as fontes anónimas», chegando a publicar documentos antes de estarem aprovados: cf. os depoimentos recolhidos por Catarina Falcão, «O Independente. O jornal que marcou os anos 90 e a direita portuguesa», *i*, de 20-X-2012. Na verdade, a dada altura o jornal ficou aprisionado na sua própria lógica sensacionalista – *todas* as semanas tinha de publicar uma manchete com um escândalo político. Dessa forma, se contribuiu para um novo tipo de relacionamento da classe política com os *media*, não é menos certo que acabou por resvalar numa espiral que se revelou fatal para a sua credibilidade e continuidade. É sintomático que a última directora de *O Independente*, e filha do proprietário do jornal, Inês Serra Lopes, tenha sido condenada pelo Tribunal da Relação de Lisboa por crime de favorecimento pessoal na forma tentada no caso de um alegado sócia de Carlos Cruz, arguido no processo Casa Pia, no âmbito do qual António Serra Lopes intervinha como advogado daquele apresentador de televisão (cf. *Público*, de 6-I-2009). Esta condenação coincidiu, de certo modo, com o fim do jornal e acaba por constituir um expressivo e irónico epílogo da sua vertigem populista. De acordo com Pedro Rolo Duarte, *O Independente* teve baixos níveis de vendas ao princípio (20 a 30 mil exemplares), encontrando-se na iminência de encerrar, o que só não aconteceu quando publicitou o «caso Cadilhe» («nunca mais parou», refere Rolo Duarte *in* Maria Ramos Silva, «Quando a insolência cozinhada na noite era o prato do dia», *i*, de 20-X-2012).

⁵¹ Curiosamente, existem versões contraditórias a este propósito. Entrevistado por Pedro Mexia, o então director de *O Independente*, Miguel Esteves Cardoso, nega que existisse um projecto político por parte de Paulo Portas (cf. *Expresso/Revista*, de 24-III-2012). Já o fundador e presidente do conselho de administração da SOCI, Luís Nobre Guedes, considera: «Acredito que a linha do jornal foi para o desgaste de um partido, de um líder e de um governo. Tudo dentro do projecto político do director-adjunto» (cf. Catarina Falcão, «O Independente. O jornal que marcou os anos 90 e a direita portuguesa», *i*, de 20-X-2012). À distância, parece poder afirmar-se que *O Independente*, sobretudo a dada altura, se inscreveu numa estratégia de afirmação política – e até pessoal – de Paulo Portas, facto que, a prazo, o colocaria perante uma questão dramática. Consistiu ela na circunstância de, enquanto jornalista, ter assumido um discurso de crítica ao poder, num estilo assertivo e peremptório que tinha subjacente uma convicção de superioridade ética, moral, intelectual e até social. Nas suas crónicas, Portas assumia um registo epigramático, utilizando frases curtas, sem

cultural, serviu naquelas décadas para mostrar que em Portugal também havia uma modernização, uma *movida* festiva – e isso era útil ao poder instituído, como é óbvio.

O *homo cavaquensis*, para usar uma expressão de Vasco Pulido Valente⁵², não era apenas o que apoiava e votava no PSD, mas todos aqueles que, directa ou indirectamente, beneficiaram do

dúvidas nem *nuanças*: «Haja pudor e decência», disse em 2004 aquando da visita do Presidente angolano José Eduardo dos Santos. Ou «Somos todos dinamarqueses», título de uma célebre crónica em que Portas se colocava ao lado dos que haviam, em referendo, reprovado o Tratado de Maastricht. Ou ainda uma crónica anti-germânica («um monstro de proporções e perigos incalculáveis»), publicada em *O Independente*, em 27-XI-1991. Ora, ao assumir pastas de importância estratégica, como a Defesa (2002-2004), os Negócios Estrangeiros (2011-2013), e, mais tarde, o cargo de Vice Primeiro-Ministro (2013-) viria naturalmente a ser confrontado com as suas afirmações pretéritas (cf., por ex., Sara Capelo, «As várias faces de Paulo Portas», *Sábado*, de 21-II-2013). Mais ainda, a marca «justicialista» que criou escola no jornalismo português, com frequentes *trials by newspaper* de onde estava ausente o respeito por princípios como a presunção de inocência ou do segredo de justiça, acabaria por se voltar contra ele próprio (v.g., nos chamados «caso Moderna» e «caso dos submarinos») ou personalidades que lhe eram próximas (v.g., Nobre Guedes ou Abel Pinheiro). Sobre a contestação de *O Independente* aos governos de Cavaco Silva, cf. Maria Filomena da Silva Barradas, *Uma Nação a Falar Consigo Mesma...*, cit., pp. 130ss, e, em particular sobre o «caso Cadilhe», pp. 85ss. Na sua autobiografia, Aníbal Cavaco Silva refere-se a este caso, com algum pormenor: cf. Aníbal Cavaco Silva, *Autobiografia Política*, Vol. 2 – *Os anos de governo em maioria*, Lisboa, Temas e Debates, 2004, pp. 90ss. O tema é amplamente tratado na obra de Miguel Cadilhe, *Factos e Enredos*, s.l., Edições Asa, 1990, e no relato memorialístico do assessor de imprensa de Cavaco Silva: cf. Fernando Lima, *O Meu Tempo com Cavaco Silva*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004, pp. 116ss.

⁵² Cf. Vasco Pulido Valente, *Esta Ditosa Pátria*, cit., pp. 98ss. Noutro texto, analisava o «homem novo lusitano» que, supostamente, Cavaco Silva julgava ter concebido: cf. Vasco Pulido Valente, *Retratos e Auto-Retratos (Ensaios e Memórias)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992, pp. 175ss, obra que reúne artigos de opinião e ensaios, alguns dos quais extremamente críticos da governação de Cavaco Silva («Cavaco: retrato de um português muito conhecido» – pp. 159ss; «Cavaco: a culpa é minha?» – pp. 173ss). Num desses textos, escreve-se, por ex., que Cavaco Silva «defende pessoalmente criaturas indefensáveis como Leonor Beleza» (p. 167), dizendo ainda que existia uma «obtusidade, congénita ou adquirida» no modo de governação, a qual «atingiu o cume com Leonor Beleza» (p. 168). Curiosamente, neste volume é publicado um escrito autobiográfico, «Eu sempre fui assim: auto-retrato aos 50 anos» (pp. 15ss), em que a *dramatis personæ* de Vasco Pulido Valente, num registo melancólico e autocrítico, afirma: «Eu não quero persistir nesta guerra pública e privada comigo e com toda a gente. Lamento do coração os meus irreflectidos ataques ao amor próprio dos portugueses, que tinham, e têm, o seu lado bom» (p. 19).

melhor período de crescimento económico de toda a história da democracia portuguesa, com taxas entre 5% a 8% entre 1986 e 1990⁵³.

Ora, a nova direita, sofisticada e urbana, só pôde emergir graças a esta conjuntura expansionista, ainda que contestasse aquilo que lhe permitia ver a luz do dia: a adesão à CEE, por um lado, e a governação de Cavaco Silva, por outro. *O Independente* e a *Kapa* alimentavam-se da expansão acelerada do consumo, da sofisticação da visualidade, da massificação dos hábitos culturais, da pós-modernidade teorizada em França por Lyotard e entre nós absorvida em versão Eduardo Prado Coelho e Manuel Maria Carrilho e aplicada na arquitectura de Tomás Taveira e em diversos movimentos artísticos, assumidamente «a-políticos» ou, pelo menos, já não apostados ou empenhados na transformação do mundo e na construção de grandes utopias⁵⁴. Sem o crescimento económico daqueles tempos, sem a adesão à CEE, não teria havido espaço para a afirmação de uma elite que reforçava o seu estatuto de superioridade devido à «informação privilegiada» que detinha pelos seus canais próprios de acesso ao estrangeiro. Ao saber, primeiro do que os outros, o que se passava lá fora, há um *inside trading* cultural no trabalho desta elite, que, informando o «povo» e cultivando-lhe o gosto, contribuía para um consenso que sedimentou o «cavaquismo» e favoreceu as suas maiorias absolutas. Assim, neste *trade-off* todos ficavam a ganhar. Aliás, é curioso recordar que uma das Grandes Opções do Plano do governo minoritário de Cavaco Silva foi redigida por Miguel Esteves Cardoso. Uma entrevista que «MEC» concedeu em 2008 à revista *Ler* faz adivinhar o conteúdo do documento: «A primeira coisa que publiquei na revista do Colégio Inglês foi poesia. Escrevi as Grandes Opções do Plano, a tese de doutoramento, os bilhetes à empregada, cartas de amor».

⁵³ Cf. Luciano Amaral, *Economia Portuguesa. As últimas décadas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010, p. 35.

⁵⁴ Cf. Isabel Nogueira, *Artes plásticas e crítica em Portugal nos anos 70 e 80; Vanguarda e pós-modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 213ss.

Se quisermos, num balanço muito simplista, pode dizer-se que *O Independente*, sobretudo a partir de certa altura, contribuiu decisivamente para o desgaste político do «cavaquismo», mas também, do mesmo passo, alimentou o espírito lúdico e o imaginário de segmentos muito diferenciados da sociedade – das classes médias e médias-altas até à juventude das mais variadas origens sociais –, impregnando-a de um sentimento difuso de bem-estar, material e imaterial, que foi relevantíssimo para os triunfos políticos de Cavaco Silva, materializados na obtenção de duas maiorias absolutas monopartidárias no quadro de um sistema eleitoral proporcional.

Nas palavras de Maria Filomena Mónica, «A manutenção de Cavaco Silva no poder não se compreende se não tivermos em conta a situação económica que se viveu, no triénio que se seguiu à adesão à CEE. Melhor do que ninguém, Cavaco Silva soube materializar as aspirações das classes médias nascidas com a Revolução de Abril. O sucesso do cavaquismo radicou no facto de muitos portugueses estarem ainda suficientemente perto da miséria para não tolerarem brincadeiras com a economia, e suficientemente longe das velhas famílias para não acalentarem visões nostálgicas sobre o regresso dos senhores»⁵⁵.

Indiscutivelmente, o aumento do poder aquisitivo das classes médias foi essencial para as maiorias absolutas de Cavaco Silva, as quais coincidem, não por acaso, com um aumento dos níveis de bem-estar e de aumento de consumo. Basta recordar a euforia vivida aquando da abertura dos primeiros hipermercados. No dia 10 de Dezembro de 1985, na inauguração do primeiro hipermercado português – o Continente, de Matosinhos –, as prateleiras ficaram literalmente vazias. Em 1987, o grupo Pão de Açúcar abriu uma grande superfície na Amadora, logo seguido pelo Continente⁵⁶. Num expressivo sinal dos tempos, o Continente de Matosinhos foi implantado num terreno comprado à

⁵⁵ Cf. Maria Filomena Mónica, *Visitas ao Poder*, cit., pp. 148-149.

⁵⁶ Cf. Luís Villalobos e Raquel Martins, «Primeira catedral do consumo nasceu há 25 anos em terrenos da igreja», *Público*, de 10-XII-2010.